

Meses da Incerteza

Em outras épocas, o comércio estaria fazendo encomendas à indústria para atender às vendas do fim de ano, mas as maiores lojas do país acreditam que só em outubro ou novembro poderão definir as compras. Portanto, antes de começar seu curso legal, o pedido de *impeachment* do presidente Collor já está perturbando o ritmo dos negócios.

O cenário projeta um difícil quadro econômico para o último quadrimestre do ano, quando os fabricantes e os comerciantes de bens de consumo garantem dois terços do faturamento anual. Com a desaceleração das atividades, muitas empresas vão ter aumentados a capacidade ociosa e os custos operacionais, tendo em vista que os juros continuam altos.

Tudo isso poderá aumentar o desemprego, com demissões preventivas pelas empresas sem condições de suportar o impacto do novo salário mínimo. Para o governo, a desaceleração deve abalar ainda mais o quadro fiscal, diante da perda de arrecadação causada pela sonegação.

Recente pesquisa da Receita Federal verificou ter a sonegação de impostos federais e contribuições para-fiscais atingido a níveis alarmantes entre as grandes empresas, que seguem a prática das milhares de pequenas e médias, que recorrem à sonegação para fazer capital de giro mais barato para os seus negócios.

Muitos empresários preferem correr o risco da autuação, com os ônus das multas e processos fiscais, para fugir de compromissos junto à rede bancária, que os descapitalizariam ainda mais. Essa alternativa asseguraria um nível mínimo de produção e de emprego, até que a retomada já experimentada, com o alento da safra agrícola e do

crescimento das exportações, contagiasse as demais atividades econômicas no segundo semestre, permitindo quitar dívidas comerciais e fiscais.

A interrupção do processo lento e seguro de retomada do crescimento econômico não se manifesta apenas na retração formal das relações entre o comércio e a indústria, com todas as repercussões na ampla cadeia de fornecedores. As incertezas contaminaram as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, que vinham sendo ampliadas mediante a captação de recursos de capital e empréstimos por parte de empresas e bancos brasileiros nos mercados internacionais, além do ingresso direto de investimentos estrangeiros no país.

Há um mês, os bancos e empresas sediados no Brasil não conseguem fechar qualquer operação de lançamento de bônus, ações ou *commercial paper*, que, ao lado da repatriação voluntária de dólares ao Brasil e dos pré-financiamentos ao comércio exterior, garantiram a acumulação recorde de 22 bilhões de dólares em reservas cambiais. Em agosto, as saídas superaram em 80 milhões de dólares os ingressos nas Bolsas, depois de uma média positiva de 200 milhões de dólares até julho.

Não custa lembrar que a sociedade passou por muitos sacrifícios até a reversão da má imagem do Brasil na comunidade financeira internacional, graças ao paciente trabalho de recuperação da credibilidade conduzido pelo ministro Marcílio Marques Moreira e sua equipe econômica. O quadro das contas externas ainda é confortável, mas não será possível manter níveis confortáveis de segurança se a indefinição do quadro político se arrastar por muito tempo.